



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

### AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1593007 - SP (2019/0291924-6)

**RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI**

AGRAVANTE : V C - CURADOR

ADVOGADO : MAURÍCIO PALMA RESENDE - SP280965

AGRAVADO : L A N

AGRAVADO : C H A M G

ADVOGADOS : CARLOS HENRIQUE DE A M GODINHO - SP015247

LUCĂLIA APARECIDA NUNES - SP177742

INTERES. : M A T - INTERDITO

ADVOGADOS : CARLOS HENRIQUE DE A M GODINHO E OUTRO(S) - SP015247

LUCĂLIA APARECIDA NUNES - SP177742

### EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INTEMPESTIVIDADE. FERIADO LOCAL. COMPROVAÇÃO NO ATO DE INTERPOSIÇÃO DO RECURSO.

1. É intempestivo o agravo em recurso especial que é interposto fora do prazo recursal de 15 (quinze) dias úteis, a contar da publicação do acórdão recorrido (recurso interposto sob a égide do CPC/15).

2. O art. 1.003, § 6º, do CPC/2015, estabelece que o recorrente deve comprovar a ocorrência de feriado local no ato de interposição do recurso, o que impossibilita a regularização posterior.

3. O dia de Corpus Christi não é previsto como feriado nacional em lei federal e, por isso, é considerado feriado local e necessita ser comprovado no momento de interposição do recurso. Precedentes.

4. Agravo em recurso especial não conhecido.

### DECISÃO

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto por V C, contra decisão que negou seguimento a recurso especial fundamentado, nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional.

**Agravo em recurso especial interposto em:** 02/07/2019.

**Concluso ao gabinete em:** 19/03/2020.

Compulsando os autos, verifica-se que o agravo em recurso especial interposto é inadmissível por ser intempestivo.

A decisão que inadmitiu o recurso especial foi considerada publicada no Diário de Justiça Eletrônico no dia 10/06/2019, primeiro dia útil após sua disponibilização (e-STJ

fl. 420), de maneira que o prazo legal para a interposição do recurso se iniciou em 11/06/2019 e encerrou em 01/07/2019.

No entanto, a petição do agravo em recurso especial somente foi protocolizada em 02/07/2019 (e-STJ fl. 422), ou seja, fora do prazo legal de 15 dias úteis.

Nos termos do art. 1.003, §6º, do CPC/15, cabe ao recorrente comprovar a ocorrência de feriado local no ato de interposição do recurso, o que impossibilita a regularização posterior.

Acrescente-se, ademais, que o dia de Corpus Christi não é previsto como feriado nacional em lei federal e, por isso, é considerado feriado local e necessita ser comprovado oportunamente (AgInt no AREsp 1.294.405/SP, 4ª Turma, DJe de 18/12/2018; e AgInt no AREsp 1.194.895/MA, 3ª Turma, DJe de 17/5/2018).

Ainda, vale ressaltar que a possibilidade de comprovação posterior de feriado local ocorrerá - apenas - nas situações referentes à **"segunda-feira de carnaval"** (não sendo essa a hipótese dos autos) e desde que o recurso tenha sido interposto antes da publicação do REsp 1.813.684/SP (Corte Especial), a qual ocorreu em 18/11/2019. Nesse sentido: QO no REsp 1.813.684/SP, Corte Especial, DJe 28/02/2020.

Dessa forma, em razão da ausência de comprovação da suspensão prazo processual, a intempestividade do agravo em recurso especial há de ser reconhecida.

Forte nessas razões, NÃO CONHEÇO do agravo em recurso especial, com fundamento no art. 932, III, do CPC/15.

Deixo de majorar os honorários de sucumbência recursal, visto que não foram arbitrados na instância de origem.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar na condenação ao pagamento das penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 24 de março de 2020.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI  
Relatora